

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.740 - SP (2020/0274301-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : M A CONSTRUTORA LTDA**  
**ADVOGADOS : LUCAS GOMES COSTA MOTA - CE036519**  
**VITOR DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE - CE027180**  
**AGRAVADO : ABB LTDA**  
**ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO LEME ROMEIRO - SP138927**  
**ALYSSON WAGNER SALOMÃO - SP242184**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por M A CONSTRUTORA LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO. RECOLHIMENTO DO PREPARO A MENOR. PRAZO PARA O RECOLHIMENTO DA DIFERENÇA. EXEGESE DO ART. 1.007, PARÁGRAFO 2.º, DO NCPC. PETIÇÃO COM PEDIDO DE PARCELAMENTO DAS CUSTAS JUDICIAIS. DESERÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.  
NCPC APLICÁVEL AO CASO EMBARGOS REJEITADOS

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 5º, XXXV e LV da CF, no que concerne ao acesso à justiça, trazendo os seguintes argumentos:

Como previsto no artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, o acesso à Justiça é princípio assegurado a todo cidadão. A obrigatoriedade do recolhimento das custas judiciais integrais do processo de forma antecipada, pode criar uma blindagem ao acesso judicial. Aliado a tal aspecto, a concessão ou não da gratuidade de justiça por parte dos juízes, de forma muitas vezes subjetiva, cria obstáculo muitas vezes intransponível ao beneficiário da justiça gratuita, a quem incumbe a comprovação de que faz jus à isenção do pagamento das despesas processuais (fl. 955).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 98, § 6º e 1.007, § 4º, do CPC e 5º da Lei 1.060/1950, no que concerne ao indeferimento da justiça gratuita, no

presente caso, trazendo os seguintes argumentos:

Ora, se o intuito da Gratuidade de Justiça é efetivamente possibilitar àqueles com parcas condições financeiras, mesmo que de forma passageira, o acesso ao Poder Judiciário, denota-se que o instituto não vem atingindo seus fins no presente caso, em que o acesso ao Judiciário está sendo negado de forma veemente ao Recorrente, com base em decisões, data vénia, rasas e genéricas. Logo, o que se espera do Poder Judiciário, na hipótese de indeferimento !motivado da Gratuidade de Justiça, ao menos, é a possibilidade de parcelamento de custas. Assim, impõe-se a aplicabilidade do art. 98, §59 e/ou §69 do CPC ao presente caso, a fim de que seja deferida aos Recorrentes a Gratuidade de Justiça parcial ou, ao menos, o parcelamento das custas (fl. 957).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação de norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: “Não cabe a esta Corte Superior, ainda que para fins de prequestionamento, examinar na via especial suposta violação de dispositivo ou princípio constitucional, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal”. (AgInt nos EREsp 1.544.786/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe de 16/6/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: EDcl no REsp 1.435.837/RS, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/10/2019; EDcl no REsp 1.656.322/SC, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, DJe de 13/12/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

[...] não era mesmo caso de concessão de tal parcelamento porquanto as declarações de imposto de renda apresentadas se referem ao representante legal da empresa e as declarações de informações econômico- fiscais da pessoa jurídica estão incompletas, apenas foram apresentados os recibos de entrega referentes aos exercícios entre 2012 e 2016. Ademais, quanto às últimas, mesmo que apresentadas por completo, deveria a recorrente trazer aquelas relativas ao exercício de 2017, de modo a demonstrar a alegada dificuldade econômica contemporânea ao pedido de parcelamento das custas judiciais (fl. 927).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à existência ou não dos requisitos para a concessão da gratuidade de justiça às partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu sobre a “inviabilidade de verificar se as partes no caso poderiam ou não serem contempladas pelo benefício da gratuidade de justiça, por demanda reexame de contexto fático-probatório”. (AgInt no AREsp 897.498/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 16/8/2016.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.570.272/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/5/2020; AgInt no AREsp 1.000.602/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 22/5/2020; AgInt no AREsp 1.564.850/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/3/2020; AgInt no AREsp 1.173.115/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 18/4/2018; REsp 1.784.623/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente